



0940459

00135.202411/2018-40

## PREGÃO ELETRÔNICO 5/2019

## 1. OBJETO

1.1. Contratação de serviço de *clipping* jornalístico para o monitoramento diário e em tempo real de notícias veiculadas em mídia impressa (jornais e revistas), eletrônica (emissoras de TV e rádio) e digital (internet – sites, blogs e mídias), que ofereça estatísticas, contendo temas de interesse do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos – MMFDH, conforme condições e especificações constantes neste Termo de Referência.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID. DE MEDIDA	VALOR MENSAL R\$	VALOR ANUAL R\$
1	Contratação de serviço de <i>clipping</i> jornalístico para o monitoramento diário e em tempo real de notícias veiculadas em mídia impressa (jornais e revistas), eletrônica (emissoras de TV e rádio) e digital (internet – sites, blogs e mídias sociais), que ofereça estatísticas, contendo temas de interesse do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos – MMFDH, conforme condições e especificações constantes neste Termo de Referência.	Serviço/Mês	R\$ 13.016,00	R\$ 156.192,00

## 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

**Quanto à demanda de contratação serviço de Clipping Jornalístico:**

2.1. A presente contratação justifica-se devido à necessidade de acompanhamento permanente das informações veiculadas pela imprensa, que tratem das temáticas relacionadas à atuação do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos – MMFDH.

2.2. O acesso diário às notícias de interesse do órgão tem o objetivo de subsidiar os processos de articulação e implementação de políticas públicas voltadas para proteção e promoção dos direitos humanos, bem como permitir uma análise da repercussão das ações e programas implementados pelo MMFDH.

2.3. O monitoramento da publicação das informações na mídia possibilitará ainda a Assessoria de Comunicação do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos a identificação e mapeamento dos veículos de comunicação estratégicos para as oportunidades de divulgação de informações de interesse do Ministério.

2.4. Informamos que a contratação em questão será adjudicada por uma única empresa, por tratar-se de único item para execução dos serviços. Ainda, essa forma de contratação se justifica pela afinidade do item contidos em cada grupo, ou seja, os critérios técnicos acabam por tornar necessária e indispensável a junção do item em um único grupo, o qual somente poderão atender ao objetivo proposto pela contratação na qualidade de procedimento licitatório de modo em que a detentora de certo item seja a mesma adjudicatária dos demais itens similares e interdependentes.

2.5. Visto que a especificação do objeto em apreço é simples e facilmente encontrados nas empresas especializadas para tal serviço. Além disso, tem-se a diminuição do custo processual e administração contratual.

2.6. Por fim, não cabe o parcelamento do objeto a ser contratado, tendo em vista ser a mesma solução global envolvendo a necessidade do serviço em conjunto.

2.7. Para que se considere uma justificativa como suficiente e adequada, ela deve estar embasada em estudos técnicos.

2.8. Desta forma, a despesa total com a execução do objeto estimado no item único e de R\$ 156.192,00 (cento e cinquenta e seis mil, cento e noventa e dois reais), conforme custos detalhados na planilha de preços (0890240). Não se vislumbra complexidade técnica no serviço em questão, a ponto de realizar audiência pública para coleta de contribuição a fim de definir outra solução que não seja a eleita neste estudo.

Margem de preferência

Cumprir informar que o objeto a ser licitado não se enquadra nas previsões aos mencionados no Decreto, ainda no que refere-se a margem de preferência a ME e EPP, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, não se aplica, pelo valor estimado da contratação ser acima previsto.

## 3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1. A presente contratação será regida pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, bem como pelas demais normas vigentes que regulam os procedimentos gerais de licitações e contratações pela Administração Pública.

## 4. CLASSIFICAÇÃO DO SERVIÇO

4.1. Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. O objeto deste instrumento é considerado como serviço comum, pois, conforme prevê o parágrafo único da Lei nº 10.520/2002, a classificação do bem ou o serviço será comum quando for possível estabelecer, para efeito de julgamento das propostas, mediante especificações utilizadas no mercado, padrões de qualidade e desempenho peculiares ao objeto e descritos de forma objetiva no instrumento convocatório, não acarretando prejuízos à qualidade dos serviços e, tampouco ao interesse público.

4.3. Observa-se, ainda, que os serviços enquadram-se como de natureza comum, nos termos do artigo 2º, § 1º, do Decreto nº 5.450/2005, tendo em vista que os padrões de desempenho e qualidade dos bens e serviços, objetivamente definidos neste Termo de Referência, seguem especificações usuais de mercado.

**Da participação de empresas reunidas em consórcio**

4.4. Não será admitida nesta licitação a participação de empresas que estejam reunidas em consórcio e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, qualquer que seja sua forma de constituição, haja vista que o objeto a ser executado não apresenta vulto ou complexidade que

tenham restrito o universo de possíveis licitantes.

#### **Do enquadramento em lote único**

4.5. Atualmente, as empresas de comunicação social passam por um processo de convergência de mídias, no qual realizam a produção integrada de conteúdo jornalístico para os diferentes tipos de mídia disponíveis. Com este novo cenário, os tradicionais veículos impressos (revistas e jornais) passaram a contar com versões *on-line* e perfis nas mídias sociais que, além da reprodução do conteúdo publicado no impresso, disponibilizam matérias exclusivas para a web (sites e mídias sociais). Dessa forma, os jornais tradicionais como Folha de São Paulo e Estado de São Paulo, por exemplo, contam com versões impressas e virtuais. O mesmo ocorre com as emissoras de rádio e TV.

4.6. Nessa perspectiva, torna-se impossível a separação dos veículos midiáticos em blocos: impresso, eletrônico e *on-line*, tendo em vista que os meios de comunicação promoveram a integração das diferentes mídias. Dessa forma, a divisão da licitação em lotes ocasionaria um entrave para a Administração Pública, em que o mesmo veículo de comunicação será monitorado por mais de uma empresa de *clipping*. Para o MMFDH, o desmembramento do contrato poderá implicar principalmente na duplicidade de conteúdos enviados nos boletins de *clipping* impactando nos relatórios e possíveis análises da mídia, entre outros transtornos.

4.7. Com base na experiência adquirida nas últimas contratações do serviço de *clipping*, é possível concluir que os veículos de comunicação são integrados. Portanto, não podem ser monitorados de forma isolada. Nesse contexto, recomenda-se a contratação de uma única empresa, o que ampliará a qualidade e a eficiência na prestação do serviço.

#### **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

##### **Da justificativa para enquadramento como serviços de natureza contínua**

5.1. O serviço, objeto desta contratação, é considerado de caráter continuado pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, uma vez que se interrompido pode comprometer a continuidade de suas atividades. Ressalta-se que a justificativa demonstra que a necessidade do *clipping* eletrônico é permanente, visto que sua eventual interrupção causaria o comprometimento das atividades das áreas finalísticas do MMFDH no que se refere ao planejamento das políticas públicas de direitos humanos, pois o *clipping* fornece, diariamente, informações estratégicas capazes de subsidiar a elaboração e execução de programas e ações do Ministério.

5.2. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

5.3. O contrato a ser firmado terá vigência de 12 (doze) meses a contar da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos subsequentes mediante termos aditivos, até o limite de 60 (sessenta) meses, após a verificação da real necessidade e com vantagens à Administração, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei nº 8.666/93.

5.4. Essa contratação não se aplica práticas de sustentabilidade conforme disposto e orientado no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis - NESLIC da Advocacia-Geral da União de 2016, por se tratar da prestação de serviços de Clipping Jornalístico, pois não acarreta prejuízos ao meio ambiente e o serviço é prestado na plataforma de digital.

#### **6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

6.1. O prazo para o início da execução dos serviços será de 24 (vinte e quatro) horas, contadas a partir da data da assinatura do Contrato.

6.2. O serviço objeto deste Termo de Referência compreende na elaboração e no fornecimento dos seguintes produtos:

6.3. **Clipping Eletrônico:** O serviço compreenderá a seleção, a compilação em bancos de dados, avaliação e envio ao Ministério dos Direitos Humanos de matérias jornalísticas, artigos e editoriais sobre as atividades do órgão e temas relacionados à sua área de atuação extraídas da mídia impressa (jornais e revistas), sites de notícias, agências de notícias online, blogs e emissoras de TV e rádio. Além disso, o serviço deverá fornecer o monitoramento de mídias sociais. No qual não deverá conter anúncios publicitários.

6.4. O monitoramento do conteúdo informativo deverá ser realizado em tempo real de segunda a domingo. O *clipping* será disponibilizado na periodicidade definida pela Assessoria de Comunicação do Ministério dos Direitos Humanos.

6.5. **Clipping mídia impressa** – Constituir-se-á de notícias, entrevistas, reportagens e artigos extraídos diariamente da mídia impressa (jornais e revistas), digitalizados ou transformados em PDF, no formato A-4, ou de outra forma que permita o acesso ágil e fácil ao conteúdo original, da maneira como foi publicado pelo veículo.

6.6. **Clipping TV** – Constituir-se-á de matérias extraídas de telejornais e outros programas de televisão de conteúdo jornalístico. O material será disponibilizado via internet diariamente com o respectivo vídeo, transcrição e link para reportagens, de forma a permitir o acesso integral às matérias veiculadas em televisão. Todo o conteúdo de interesse do Ministério dos Direitos Humanos será “gravado”.

6.7. **Clipping rádio** – Constituir-se-á de gravações e transcrições de entrevistas e reportagens extraídas da programação de rádios AM e FM. O material será disponibilizado via internet diariamente com disponibilização do arquivo em áudio e da respectiva transcrição, permitindo o acesso à notícia tal como veiculada. Todas as matérias de interesse do Ministério dos Direitos Humanos serão “gravadas”.

6.8. **Clipping mídia digital** – Constituir-se-á de notícias, entrevistas, reportagens, artigos, citações e comentários extraídos diariamente de sites, agências de notícias online, blogs e mídias sociais. O material deverá ser digitalizado ou transformado em PDF ou de outra forma que permita o acesso ágil e fácil ao conteúdo informativo com vistas à distribuição ao público-alvo por e-mails. Todo o material deverá ser enviado com link para a página original das informações.

6.9. Todo o material selecionado pelo serviço de *clipping* deverá passar por análise e consolidação da contratada antes de ser enviado para a contratante, com o objetivo de evitar que notícias não relacionadas aos temas e fontes do Ministério dos Direitos Humanos sejam enviadas diariamente para a contratante, como ocorre quando é feita apenas a busca automática por palavra chave.

6.10. **Relatório mensal de análise de mídia** – Consiste em uma análise quantitativa e qualitativa sobre a repercussão na imprensa dos temas relacionados ao Ministério dos Direitos Humanos. O documento deverá conter informações detalhadas sobre exposição por mídia, veículo, quantidade de matérias veiculadas e a avaliação em relação ao tipo de exposição (negativa/positiva/neutra), entre outras. Considera-se informação positiva a que citar a atuação do Ministério e/ou seus representantes de maneira positiva; negativa a informação que citar a atuação do Ministério e/ou seus representantes de maneira negativa e que pode gerar crítica; e neutra a que apenas citar o Ministério e/ou seus representantes sem possibilidade de julgamento sobre a atuação do Ministério e/ou seus representantes.

6.11. O relatório deverá ser apresentado mensalmente pela contratada até o 5º dia útil do mês subsequente, com texto, tabela, índices e gráficos, sobre a repercussão da imagem do Ministério na mídia. Esse relatório deverá constar também todo o conteúdo monitorado no período. O relatório poderá disponibilizado por e-mail.

#### **7. FORMA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO**

7.1. O sistema para acesso ao *clipping* eletrônico deverá ter as seguintes características e funcionalidades:

- **Base de dados e Arquivamento** – O conteúdo informativo objeto do *clipping* será disponibilizado em um banco de dados eletrônico, atualizado diariamente, que deverá estar permanentemente disponível para pesquisa, download e arquivamento pelo tempo de prestação do serviço. Ao final do contrato, o banco de dados terá de ser fornecido ao Ministério dos Direitos Humanos.
- **Ferramenta de Pesquisa** – O serviço deverá oferecer mecanismo de busca detalhada, por palavra chave, data, tema, com opção de filtragem da pesquisa por categorias veículos (nacional, local, especializado, online, etc), por sistema de avaliação da notícia (se positiva, negativa ou neutra), por pastas de assuntos, por estados e regiões, entre outros filtros.
- **Navegação** – O sistema para acesso ao *clipping* eletrônico deve ser de fácil navegação e compatível com os principais navegadores utilizados (Internet Explorer, Mozilla Firefox, Google Chrome e Safari), devendo seu acesso ser possível também por meio de dispositivos móveis
- **Compartilhamento** – O sistema deve permitir o envio de matéria por e-mail, SMS e Whatsapp, a funcionalidade de impressão e a conversão em arquivo PDF.
- **Notificação e divulgação das informações** – O sistema deverá enviar os principais destaques do clipping jornalístico e os assuntos mais comentados via e-mail notificador (tipo Messenger ou RSS) e possibilitar acesso via web por meio de *login* e senha disponibilizados pela empresa contratada. O sistema deverá ainda permitir a publicação do clipping em página de Intranet e no site do Ministério dos Direitos Humanos.
- **Estatísticas** – O serviço deverá permitir a geração de gráficos estatísticos e qualitativos dinâmicos e *online* de assuntos, matérias, evolução da exposição, veículos, entre outros.
- **Apresentação** – O material cadastrado deverá ser apresentado em forma sequencial, para facilitar a leitura. A organização das reportagens no clipping será realizada por tipo de mídia: impresso, web, televisão e rádio (ou a partir de uma nova definição solicitada pela Assessoria de Comunicação).
- A notícia deverá ser identificada pela data, hora, palavras-chave, veículo, estado, editoria e título, além de trazer o nome do autor do texto (repórter, articulista ou colunista).

#### Da periodicidade do Clipping

- 7.2. Sistema de consulta – O sistema para acesso ao *clipping* de notícias deverá estar disponível para consulta *online* durante todo o prazo de vigência do contrato, 24 horas por dia.
- 7.3. Além da disponibilidade das matérias objeto do clipping no sistema eletrônico, deverá ser enviado um resumo com as principais citações do Ministério dos Direitos Humanos e dos temas de interesse do órgão em até três edições diárias, em horários a ser definidos pela Assessoria de Comunicação, para os endereços eletrônicos informados posteriormente pela Assessoria.
- 7.4. O *clipping* segmentado poderá ser solicitado pelo Ministério dos Direitos Humanos, de acordo com a necessidade do órgão, e durante o período em que for realizado terá sua periodicidade definida pelo Ministério.

#### Do perfil do monitoramento do Clipping

- 7.5. O monitoramento dos dados deverá ser feito nos veículos previstos no Anexo I deste Termo de Referência, sem prejuízo de outros que poderão ser indicados pela Contratante, de acordo com suas necessidades, e em conformidade com os parâmetros que serão fixados e posteriormente repassados à Contratada.
- 7.6. As palavras-chave para as pesquisas de clipping serão definidas, repassadas e atualizadas à Contratada, sempre que necessário e a qualquer tempo, em momento oportuno, pela Contratante.
- 7.7. As temáticas e palavras-chaves para pesquisa em todos os veículos previstos no Anexo I do presente instrumento estão definidas no Anexo II.

#### 8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 8.1. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.
- 8.2. Assegurar-se da boa prestação dos serviços pela Contratada verificando sempre o seu bom desempenho.
- 8.3. Fiscalizar o cumprimento das obrigações e compromissos assumidos pela Contratada, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços que não deverão ser interrompidos.
- 8.4. Atestar o recebimento do objeto contratado e a execução dos serviços, após verificação das especificações, rejeitando, no todo ou em parte, os materiais entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela contratada.
- 8.5. Proporcionar todas as condições para que a empresa contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições pactuadas.
- 8.6. Fornecer as informações solicitadas sobre a proposta editorial e dados técnicos referentes à disponibilização do *clipping* na página da Intranet e no Portal e ao acesso remoto pelos usuários da rede, bem como outras informações necessárias ao bom andamento dos serviços.
- 8.7. Comunicar a Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do serviço.
- 8.8. Proceder à consulta ao SICAF, CADIN e Regularidade Trabalhista antes de efetuar o pagamento devido, nas condições pactuadas.
- 8.9. Efetuar o pagamento à Contratada na forma e nos prazos previstos neste Termo, após o cumprimento das formalidades legais.
- 8.10. Fornecer a relação de endereços eletrônicos (*e-mails*) para os quais deverão ser enviados os *clippings* e relatórios.
- 8.11. Fornecer a relação dos veículos e sites para busca e as palavras-chave que serão utilizadas na pesquisa.
- 8.12. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 8.13. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 8.14. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 8.15. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

- 8.16. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 8.17. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- 8.17.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
- 8.17.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
- 8.17.3. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 8.18. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 8.19. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 8.20. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 8.21. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
- 8.22. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

#### 9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 9.1. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar quaisquer das prestações a que está obrigada, sem prévio consentimento da Contratante.
- 9.2. Apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, comprovante de execução dos serviços, devidamente atestado pela Assessoria de Comunicação do Ministério dos Direitos Humanos.
- 9.3. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.
- 9.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou ao acompanhamento realizado pelo Ministério dos Direitos Humanos.
- 9.5. Dar suporte técnico aos usuários durante toda a vigência do contrato sem ônus adicional para o Ministério dos Direitos Humanos, devendo, para isso, fornecer o nome, telefone e endereço de *e-mail* do responsável pelos atendimentos.
- 9.6. O responsável técnico pelo atendimento da conta do Ministério deverá estar disponível para atender às solicitações de esclarecimento ou correções solicitadas em até 01 (uma) hora após a solicitação.
- 9.7. O suporte deverá ser dado pessoalmente, por telefone, fax ou *e-mail* diariamente, de segunda a sexta-feira, das 7h às 22h e aos sábados, domingos e feriados das 9h às 18h.
- 9.8. Realizar as entregas das matérias "clipadas" dentro da periodicidade e dos parâmetros estabelecidos neste Termo.
- 9.9. Fornecer senhas de acesso e *logins* mediante pedido do Ministério dos Direitos Humanos.
- 9.10. Executar o serviço de acordo com as especificações deste Termo de Referência e do contrato, sendo que qualquer solicitação de mudança e qualquer esclarecimento adicional deverão ser formulados por escrito, devidamente fundamentados, para análise pelo Ministério.
- 9.11. Prestar todos os esclarecimentos solicitados pela Contratante.
- 9.12. Comunicar à Contratante toda e qualquer irregularidade ocorrida ou observada na execução dos serviços.
- 9.13. Autorizar e disponibilizar a divulgação do *clipping* nas páginas eletrônicas da Contratante.
- 9.14. Realizar pesquisas sobre assuntos específicos, na área de direitos humanos, sem custo adicional, sempre que solicitadas pela Contratante.
- 9.15. Indicar um representante, aceito pela Contratante, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente sempre que necessário.
- 9.16. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Contratante.
- 9.17. Prestar os serviços nos prazos e condições estabelecidas neste Termo de Referência, fiscalizando regularmente os seus empregados designados para a prestação do serviço para verificar as condições em que o serviço está sendo prestado.
- 9.18. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários aos serviços até **25%** (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.
- 9.19. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 9.20. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.21. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.22. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 9.23. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

- 9.24. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 9.25. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 9.26. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 9.28. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.29. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 9.30. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 9.31. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.32. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 9.33. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.34. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 9.35. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 9.36. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.37. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 9.38. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 9.39. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 9.40. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
- 9.40.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
- 9.40.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
10. **LOCAL E DO PRAZO PARA O INÍCIO DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO**
- 10.1. A empresa contratada utilizar-se-á de instalações próprias para realização dos serviços de elaboração de *clipping*, por meio de pesquisa de matérias jornalísticas publicadas nos principais jornais, revistas, web, rádios e TVs do país, reproduzindo, na íntegra, as matérias de interesse do Ministério. A Contratada deverá garantir o fornecimento de uma aplicação web para disponibilização do serviço de *clipping*, com recurso de busca a ser disponibilizada na Intranet e no site do Ministério dos Direitos Humanos.
- 10.2. Compete à empresa disponibilizar aos seus empregados todos os equipamentos e serviços necessários à realização das tarefas que resultem na elaboração do *clipping*.
- 10.3. O prazo para o início da execução dos serviços será de 24 (vinte e quatro) horas, contadas a partir da data da assinatura do Contrato.
11. **DA SUBCONTRATAÇÃO**
- 11.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.
12. **CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**
- 12.1. A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por gestor/a de contrato, nomeado na condição de representante do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, o/a qual deverá analisar e atestar os documentos da despesa quando comprovada a sua fiel e correta execução para fins de pagamento.
- 12.2. O/a gestor/a do contrato deverá sustar, recusar, mandar refazer os serviços, quando executados em desacordo com as especificações e recomendações deste Termo de Referência.
- 12.3. À fiscalização do serviço ainda caberá:
- 12.4. Exigir o cumprimento de todos os itens das especificações do objeto licitado;

12.5. Dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação do serviço.

12.6. A existência e a atuação da fiscalização e operacionalidade do Ministério dos Direitos Humanos em nada restringem a responsabilidade, única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne à execução do objeto a ser contratado.

12.7. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, ficando essa responsável pelos danos causados diretamente ao Ministério ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços.

12.8. O Ministério se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços entregues em desacordo com o solicitado.

### 13. DO PAGAMENTO

13.1. O pagamento deverá ser efetuado à CONTRATADA, mensalmente, conforme demanda efetivamente executada, após conferência e medição, de acordo com os serviços descritos no Termo de Referência, 5 (cinco) dias úteis após a apresentação das Notas Fiscais/Faturas devidamente atestadas pelo setor responsável.

13.2. O pagamento será creditado em favor da CONTRATADA por meio de ordem de pagamento bancária, em qualquer banco indicado na proposta, devendo, para isto, ficar explicitado o nome, número da agência e o número da conta corrente.

13.3. Será procedida consulta "on-line" ao SICAF, CADIN e CNDT, antes de cada pagamento, para verificação da situação da CONTRATADA relativamente às condições exigidas na contratação.

13.4. Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente na CONTRATANTE em favor da CONTRATADA. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou via judicial, caso necessário.

13.5. A CONTRATANTE reserva-se no direito de suspender o pagamento caso os serviços sejam prestados em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência.

13.6. Encontrando-se a CONTRATADA inadimplente na data da consulta, poderá ser concedido, a critério do CONTRATANTE, um prazo de trinta dias (prorrogável a critério da Administração por uma única vez) para que a mesma regularize a sua situação, sob pena de, não o fazendo, ter rescindido o Contrato com aplicação das sanções cabíveis.

13.7. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendentes de liquidação obrigações fiscais e trabalhistas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).

13.8. No caso de eventual atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, ficará convencionada a taxa de encargos moratórios devida pela CONTRATANTE, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da CONTRATADA, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

**EM** = Encargos Moratórios;

**N** = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

**VP** = Valor da parcela pertinente a ser paga;

**TX** = Percentual da taxa anual = 6% (seis por cento);

**I** = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$$I = \frac{(TX/100)}{365} \rightarrow I = \frac{(6/100)}{365} \rightarrow I = 0,00016438$$

13.9. A compensação financeira prevista nessa condição será cobrada em Nota Fiscal/Fatura, após a ocorrência.

### 14. DAS SANÇÕES E DAS PENALIDADES

14.1. Comete infração administrativa, ainda, nos termos das Leis nºs 8.666, de 1993, e 10.520, de 2002, do Decreto nº 5.450, de 2005, a CONTRATADA que:

14.2. Deixar de executar total ou parcialmente o contrato;

14.3. Apresentar documentação falsa;

14.4. Comportar-se de modo inidôneo;

14.5. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

14.6. Cometer fraude fiscal;

14.7. Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital ou no Contrato.

14.8. A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal às seguintes sanções:

14.9. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

14.10. Multa:

14.11. Moratória de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor mensal da contratação, até o limite de 15 (quinze) dias.

14.12. Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória.

14.13. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o Ministério de Direitos Humanos pelo prazo de até 2 (dois) anos.

14.14. Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

14.15. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos causados.

- 14.16. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 14.17. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:
- 14.18. Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
- 14.19. Tenham praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;
- 14.20. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 14.21. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9784, de 1999.
- 14.22. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 14.23. As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 14.24. Pelo descumprimento das obrigações contratuais, sem prejuízo das sanções estabelecidas nesta Cláusula, a CONTRATADA estará sujeita a aplicação de multas, conforme graduação estabelecida a seguir:

Grau	Correspondência	
1	0,4% do valor mensal	
2	0,8% do valor mensal	
3	1,0% do valor mensal	
4	1,5% do valor mensal	
Descrição	Grau	Incidência
Suspender ou interromper os serviços contratados, total ou parcialmente, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, reconhecido pela Administração.	4	Por dia e por ocorrência
Deixar de atender os parâmetros de palavras-chave, veículos, horários para entrega do serviço, entre outros definidos pela Assessoria de Comunicação.	3	Por ocorrência
Deixar de atender a periodicidade, perfil de monitoramento e as obrigações definidas no Termo de Referência.	3	Por item e por ocorrência
Deixar de assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor.	4	Por ocorrência
Recusar-se a executar serviços previstos em contrato ou a realizar a correção de falhas e/ou defeitos na execução contratual, determinada pela fiscalização.	2	Por serviço e por dia
Deixar de indicar um representante, aceito pela Contratante, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente sempre que necessário.	1	Por dia de descumprimento
Deixar de fornecer os equipamentos e/ou os materiais relacionados no contrato em perfeitas condições de uso e em quantidade suficiente	3	Por item e por dia
Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar do fiscal do contrato	2	Por ocorrência
Transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar quaisquer das prestações a que está obrigada, sem prévio consentimento da Contratante.	3	Por dia e por ocorrência
Deixar de fornecer senhas de acesso e <i>logins</i> mediante pedido do Ministério dos Direitos Humanos.	3	Por dia
Deixar de realizar pesquisas sobre assuntos específicos, na área de direitos humanos, sem custo adicional, sempre que solicitados pela Contratante.	2	Por ocorrência
Deixar de dar suporte técnico aos usuários durante toda a vigência do contrato.	1	Por item e por dia
Deixar de cumprir os itens do contrato e seus anexos não previstos nesta tabela de multas	2	Por item e por ocorrência
Deixar de cumprir quais dos itens do contrato e seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo fiscal do contrato.	3	Por item e por ocorrência
Não entregar o relatório mensal de análise de mídia de acordo com os parâmetros definidos no Termo de Referência.	3	Por dia e por ocorrência

## 15. DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO

- 15.1. A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará sua rescisão, com as consequências contratuais, de acordo com o disposto nos artigos 78 e 80 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.
- 15.2. **Constituem motivos de rescisão do Contrato:**
- 15.3. O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
- 15.4. O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
- 15.5. A lentidão no cumprimento do Contrato, levando a CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da prestação do serviço, no prazo estipulado;
- 15.6. O atraso injustificado no início da prestação dos serviços;
- 15.7. A paralisação dos serviços, sem justa causa ou prévia comunicação à CONTRATANTE;
- 15.8. Ter recebido sanção administrativa a que se refere o Item 12 em uma das seguintes situações:
- 15.9. Ter recebido aplicação de multas de grau 4 por três vezes;
- 15.10. Ter recebido aplicação de multas de grau 3 por cinco vezes;
- 15.11. Ter recebido aplicação de multas de grau 2 por sete vezes;
- 15.12. Ter recebido aplicação de multas de grau 1 por dez vezes.
- 15.13. A subcontratação total ou parcial do objeto, associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial das obrigações contraídas, bem como a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA que afetem a boa execução do Contrato, sem prévio conhecimento e autorização da CONTRATANTE;
- 15.14. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

- 15.15. O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas em registro próprio, pelo representante da CONTRATANTE designado para acompanhamento e fiscalização deste Contrato;
- 15.16. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- 15.17. A dissolução da CONTRATADA.
- 15.18. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução deste Contrato;
- 15.19. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa da CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere este Contrato;
- 15.20. A supressão, por parte da CONTRATANTE, do serviço, acarretando modificação do valor inicial do Contrato, além do limite permitido nos parágrafos 1º e 2º, do Artigo 65 da Lei 8.666/93, excetuando os casos em que a CONTRATADA formalizar interesse em continuar prestando os serviços;
- 15.21. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo no caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- 15.22. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE decorrentes de fornecimento efetuado, salvo no caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação.
- 15.23. A ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução deste Contrato;
- 15.24. A não liberação por parte da CONTRATANTE, de área, local ou objeto para o fornecimento ou prestação do serviço.
- 15.25. A rescisão deste Contrato poderá ser:
- 15.26. Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, observado disposto no Artigo 109, Inciso I, alínea “e” da Lei 8666/93;
- 15.27. Amigável, por acordo entre as partes, formalizada a intenção com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE;
- 15.28. Judicial, nos termos da legislação em vigor.
- 15.29. A rescisão do Contrato obedecerá ao que preceituam os artigos 79 e 80, da Lei 8.666/93.

#### 16. ESTIMATIVA DE PREÇOS

16.1. Os custos estimados para execução do objeto do presente Termo de Referência é estimado em R\$ 156.192,00 (cento e cinquenta e seis mil cento e noventa e dois reais) anual, conforme pesquisa no painel de preços do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e pesquisa de mercado realizada pela Assessoria de Comunicação do Ministério dos Direitos Humanos.

#### 17. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Geral da União, para o exercício de 2019, a cargo do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, conforme programas de trabalho e elemento de despesas específicos, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 810005

Fonte: 0100

Programa de Trabalho: 14.122.2134.2000.0001

Elemento de Despesa: 33.90.39-05

#### 18. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 18.1. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:
- 18.2. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por período não inferior a três anos, mediante a apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- 18.3. Os atestados referir-se-ão a contratos já concluídos ou já decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior, apenas aceito mediante a apresentação do contrato.
- 18.4. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;
- 18.5. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.
- 18.6. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
- 18.7. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
- 18.8. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:
- 18.8.1. Valor Global: R\$ 156.192,00 (cento e cinquenta e seis mil cento e noventa e dois reais).
- 18.9. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.
- 18.10. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.
19. DO PRAZO DE INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS
- 19.1. O prazo para o início da execução dos serviços será de 24 (vinte e quatro) horas, contadas a partir da data da assinatura do Contrato.
20. DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE E ACEITE DOS SERVIÇOS



20.1. Serão utilizados os seguintes critérios para a avaliação dos serviços prestados pela Contratada no decurso da execução do contrato, conforme especificações obrigações e cumprimento dos prazos e de todas as exigências constantes deste instrumento e considerados aceitos, mediante aceite e atesto pelo fiscal do contrato na respectiva Nota Fiscal.

- a) O sistema para acesso ao *clipping* de notícias deverá estar disponível para consulta *online* durante todo o prazo de vigência do contrato, 24 horas por dia.
- b) seguem anexos os veículos de comunicação (0412033), as temáticas e as palavras chaves (0443487) definido pela ASCOM.
- c) Os critérios de periodicidade, perfil de monitoramento e as obrigações definidas no Termo de Referência.
- d) A adequada execução dos serviços previstos em contrato, bem como a realização de correções de falhas e/ou defeitos na execução contratual, determinada pela fiscalização.
- e) Cumprimento de determinação formal ou instrução complementar do fiscal do contrato.
- f) O fornecimento de senhas de acesso e logins mediante pedido do Ministério.
- g) A realização de pesquisas sobre assuntos específicos, na área de direitos humanos, sem custo adicional, sempre que solicitados pela Contratante.
- h) O fornecimento de suporte técnico aos usuários durante toda a vigência do contrato.
- i) A entrega do relatório mensal de análise de mídia de acordo com os parâmetros definidos no Termo de Referência.

## 21. DO REAJUSTE

21.1. O valor dos serviços poderá ser reajustado pela Administração, por Apostila, a cada 12 (doze) meses, contados da data da proposta, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ocorrida no período, ou por outro índice que o vier a substituir.

## 22. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

22.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## 23. DO MODELO DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL

23.1. A proposta comercial, para fins de balizamento da licitação, deverá ser encaminhada em formato físico ou eletrônico contendo as seguintes informações:

- a) Dados cadastrais da empresa;
- b) Validade da proposta, que não pode ser inferior a 60 (sessenta) dias;
- c) Valor mensal e anual; e
- d) Valor total da contratação.

23.2. A tabela abaixo deverá ser observada:

Item	Descrição	Unidade de medida	Valor mensal	Valor anual
1	Contratação de serviços de clipping jornalístico para o monitoramento diário e em tempo real de notícias veiculadas em mídias impressa (jornais e revistas), eletrônica (emissoras de TV e rádio) e digital (internet – sites, blogs e mídias sociais), que ofereça estatísticas, contendo temas de interesse da Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - MMFDH, conforme condições e especificações constantes neste Termo de Referência.	Serviço/dia		

## 24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1. As normas que disciplinam este procedimento serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

24.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta de preços durante a realização da sessão pública do pregão.

24.3. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do procedimento.

24.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente administrativo no Ministério dos Direitos Humanos.

24.5. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 8.666/93, com suas posteriores alterações e legislação correlata.

24.6. O presente documento segue assinado pelos Integrantes da Equipe de Planejamento da Contratação, designada pelo documento de Instituição de Equipe de Planejamento da Contratação (SEI nº 0445455).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Aparecida Fabri Pessanha, Chefe de Divisão**, em 18/10/2019, às 16:41, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mdh.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0940459** e o código CRC **F38CD109**.

